

Demonstrações Financeiras

PCN Suzano SPE S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

PCN Suzano SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretoria da
PCN Suzano SPE S.A.
Suzano - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PCN Suzano SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PCN Suzano SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte (MG), 19 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Daniel Cruz Arantes Campos', is written over a faint, circular stamp or watermark.

Daniel Cruz Arantes Campos
Contador CRC MG091263/O

PCN Suzano SPE S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14	256
Contas a receber de clientes	4	680	1.499
Impostos e contribuições a recuperar	5	-	150
Adiantamento a fornecedores		212	206
Despesas antecipadas		33	48
Outros ativos		-	19
Total do ativo circulante		<u>939</u>	<u>2.178</u>
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	16.b	343	343
Imobilizado	7.a	8.773	9.478
Intangível		6	24
Total do ativo não circulante		<u>9.122</u>	<u>9.845</u>
Total do ativo		<u><u>10.061</u></u>	<u><u>12.023</u></u>
Passivo circulante			
Fornecedores	9	1.385	1.507
Empréstimos e financiamentos	8	3.716	2.213
Obrigações trabalhistas	10	465	481
Obrigações tributárias	11	197	222
Total do passivo circulante		<u>5.763</u>	<u>4.423</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	1.134	1.812
Mútuo com partes relacionadas	6	19	19
Total do passivo não circulante		<u>1.153</u>	<u>1.831</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	12.a	7.000	6.000
Prejuízos acumulados		(3.855)	(231)
Total do patrimônio líquido		<u>3.145</u>	<u>5.769</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>10.061</u></u>	<u><u>12.023</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	13	9.009	11.283
Custo dos serviços prestados	14	(8.490)	(7.269)
Lucro bruto		519	4.014
Despesas (receitas) operacionais			
Administrativas e gerais	14	(3.511)	(4.396)
Despesas tributárias		(143)	(89)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		394	638
		(3.260)	(3.847)
Resultado antes do resultado financeiro		(2.741)	167
Resultado financeiro, líquido			
Despesas financeiras	15	(897)	(813)
Receitas financeiras	15	14	1
		(883)	(812)
Resultado antes dos impostos		(3.624)	(645)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.a	-	219
Resultado do exercício		(3.624)	(426)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado do exercício		(3.624)	(426)
Outros componentes do resultado abrangente		-	-
Resultado abrangente do exercício		<u>(3.624)</u>	<u>(426)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

^{DS}
FB

^{DS}
AGM

^{DS}


PCN Suzano SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de lucros			Resultado do exercício	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Prejuízos acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.500	10	185	-	-	3.695
Capital integralizado no exercício	12.a 2.500	-	-	-	-	2.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(426)	(426)
Compensação de prejuízo do exercício com reserva de lucros retidos	-	-	(185)	-	185	-
Compensação de prejuízo do exercício com reserva legal	-	(10)	-	-	10	-
Saldo de prejuízo a compensar com resultados futuros	-	-	-	(231)	231	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.000	-	-	(231)	-	5.769
Capital integralizado no exercício	12.a 1.000	-	-	-	-	1.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.624)	(3.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.000	-	-	(231)	(3.624)	3.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	16	(3.624)	(645)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	7.b	890	1.196
Juros sobre empréstimos	8.b	843	755
Baixas do Imobilizado	7.b	81	-
		(1.810)	1.306
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber	4	819	282
Despesas antecipadas		15	48
Impostos a recuperar	5	150	(148)
Adiantamento a Fornecedores		(6)	122
Outros ativos		19	18
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores	9	(122)	(43)
Obrigações trabalhistas	10	(16)	117
Obrigações tributárias	11	(25)	(18)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8.b	(656)	(572)
Caixa líquido gerado/(aplicado nas) pelas atividades operacionais		(1.632)	1.076
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	7.b	(248)	(1.932)
Aquisição de intangível		-	(19)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(248)	(1.951)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	8.b	8.899	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	8.b	(8.261)	(1.921)
Integralização de capital	12.a	1.000	2.500
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.638	579
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(242)	(296)
Caixa e equivalentes de caixa	3		
No início do exercício		256	552
No final do exercício		14	256
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(242)	(296)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A PCN Suzano SPE S.A. (Companhia) é uma Sociedade Anônima de capital fechado especializada em soluções ambientais para a destinação final de resíduos industriais por meio de tecnologia de incineração, situada na Av. Jorge Bei Maluf, 2.167 - Bairro Vila Theodoro, município de Suzano - SP, dentro das instalações industriais de propriedade da empresa Clariant S.A.

A prestação de serviços se concentra na destinação final de resíduos perigosos e não-perigosos. A Companhia é responsável pela destinação dos resíduos industriais Classe I gerados pela Clariant e outras empresas de especialidades químicas e farmacêuticas, entre outras. No ano de 2023 a Companhia, visando melhorar a eficiência do Incinerador, começou a utilizar estratégias de pesquisa de mercado e prospecções comerciais com objetivo de reconhecer potenciais geradores de resíduos com características favoráveis à otimização da eficiência do processo de incineração, a qual impulsiona a produtividade e rentabilidade da operação. Adicionalmente, a prospecção comercial possibilitou a busca contínua pela melhoria do preço médio da prestação dos serviços, situação que deverá trazer reflexos positivos em 2024.

Também foram obtidas otimizações operacionais e avanços no atendimento aos requisitos para certificações ISO 9001, 14001 e 45001.

Para o ano de 2024 é esperada a continuidade desta trajetória de resiliência e crescimento da empresa, com o início da construção do projeto de destinação de resíduos por meio do uso da tecnologia de gaseificação, o qual disponibilizará ao mercado uma nova solução tecnológica para destinação final de resíduos industriais realizando a recuperação energética dos mesmos de forma ambientalmente correta e sustentável. O projeto de gaseificação obteve sua licença de instalação (LI) em outubro de 2023, devidamente emitida pelo órgão competente CETESB, e já se encontram em andamento as atividades de supressão vegetal da área de implantação e a respectiva compensação ambiental. Devido ao período de chuvas de verão e às atividades de planejamento e de revisão orçamentária, as obras de implantação do gaseificador têm sua previsão de início em meados do ano de 2024.

Para o ano de 2024 estão programadas intervenções de manutenção no equipamento de incineração, para garantir a continuidade operacional de forma eficiente e segura durante o período de implantação do sistema de gaseificação.

O projeto de gaseificação de resíduos da PCN SUZANO recebeu selo da empresa SITAWI por meio de Parecer Independente, o qual objetiva prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (“Green Bond”) da Emissão de Debêntures Simples, assistindo-se a uma disposição crescente do mercado financeiro para financiar projetos ESG, como o este projeto de gaseificação.



PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detém um saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$14 (R\$256 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 4.824 (R\$ 2.245 negativo em 31 de dezembro de 2022) e apresentou patrimônio líquido positivo no montante de R\$ 3.145 (R\$ 5.769 em 2022). A Companhia recebeu aporte de capital de seus acionistas na ordem de R\$ 1.000 no exercício de 2023 (R\$ 2.500 no exercício de 2022). A Administração prevê, conforme orçamento para o ano de 2024, geração de caixa operacional positiva para 2024 e com a captação de recursos adicionais junto a instituições financeiras e seus acionistas, suficientes para o cumprimento de suas obrigações de curto prazo e os investimentos adicionais, no sistema de gaseificação.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e, em conexão com o estágio das suas operações e expectativa de geração de caixa operacional da Companhia, concluiu que a Companhia possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.1. Reforma tributária sobre consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") n°132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de leis complementares.

Haverá um período de transição, com previsão de início em 2025 com duração até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por leis complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e a Companhia está avaliando os potenciais efeitos a partir de 2025.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2.3.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 19 de março de 2024.



PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) *IFRS 17 - Contratos de Seguro*

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O objetivo geral da IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia .

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--Continuação

b) *Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8*

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) *Divulgação de políticas contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2*

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras Companhia.

d) *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações ao IAS 12*

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--Continuação

e) *Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12*

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Companhia não espera efeitos relevantes para as referidas normas.

DS
FB

DS
AGM

DS
[Assinatura]

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

a) *Alteração ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)*

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) *Alteração ao IAS 1: Classificação de passivos como Circulante e Não-circulante*

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

b) *Alteração ao IAS 1: Classificação de passivos como Circulante e Não-circulante--Continuação*

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

c) *Acordos de financiamentos de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7*

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente ativos financeiros são classificados como: i) ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamento a fornecedores e outros ativos.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de "SPPI").

Em geral, os demais ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia atualmente são reconhecidos do subsequentemente na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento.

Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão estimada para créditos de liquidação de duvidosa, que é constituída com base na análise da perda esperada das contas a receber e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, quando de sua realização.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e representa passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos-futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixas futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 7 e consideradas pela Administração como a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício, conforme são efetivamente realizados. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Provisões

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas pelo desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas aos riscos ambientais, os quais são mitigados por procedimentos operacionais e controles internos. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil, uma vez que não foram identificados eventos, autuações ou discussões relacionadas a passivos ambientais.

e) Tributos

Tributos sobre o lucro - correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- (i) Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240;

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Tributos--Continuação

Tributos sobre o lucro - correntes--Continuação

- (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%: a Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Tributos sobre o lucro - diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Tributos--Continuação

Tributos sobre o lucro - diferidos--Continuação

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Tributos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços exceto:

- Quando os impostos sobre serviços incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou constitutiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada.

g) Receita de contratos

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Receita de contratos--Continuação

- (i) identificação do contrato com o cliente;
- (ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) a determinação do preço da transação;
- (iv) a alocação do preço da transação;
- (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes a qual é reconhecida na conclusão do tratamento e disposição de resíduos não-perigosos, conforme volumes e contraprestações estabelecidas nos respectivos contratos com clientes.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Continuação

As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado e ativos intangíveis poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicadores de *impairment* para os ativos não financeiros.

i) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Classificação circulante versus não circulante--Continuação

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

j) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis--Continuação

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 7, a Administração da Companhia realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia avalia a necessidade de constituição de provisões de contingências com fundamento nos pareceres dos seus assessores jurídicos. A Companhia não apresenta demandas judiciais até o encerramento das demonstrações financeiras.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais são avaliados e no encerramento das demonstrações financeiras não apresentou a necessidade de constituição de provisões.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	14	1
Aplicações financeiras	-	255
Total	14	256

Os saldos de aplicações financeiras auferem rendimentos a taxas flutuantes, sobre os saldos disponíveis em conta, baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros médios de 98% do CDI em 2022.

DS
FB

DS
AGM

DS
ER

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber de clientes

a) Composição dos saldos por situação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços e vendas faturados	680	1.499
Total	680	1.499

b) Composição dos saldos por prazo de vencimento

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a vencer	618	1.499
Valores vencidos:		
De 01 a 30 dias	51	-
De 31 a 60 dias	9	-
De 91 a 180 dias	2	-
Total	680	1.499

A Companhia avaliou o risco de crédito dos clientes e considerando as evidências e histórico de perda, avaliou que não é necessário a constituição de provisão para perda esperada de crédito.

A Companhia realizou durante o exercício a antecipação de recebíveis no montante de R\$756 (R\$0 em 2022). Os contratos de antecipação de recebíveis não possuem coobrigação, e foram totalmente liquidados antes do encerramento do exercício.

5. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ antecipação	-	99
CSLL antecipação	-	38
Outros	-	13
Total	-	150

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Transações com partes relacionadas

- (a) A companhia apresentava os seguintes saldos passivos, em 2023 e 2022, com partes relacionadas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo		
NGP Nova Geração Participações S.A. (i)	<u>19</u>	<u>19</u>
Total passivo não circulante	<u>19</u>	<u>19</u>

(i) Refere-se a despesas da Companhia pagas pela controladora NGP Nova Geração Participações S.A.

- (b) Termos e condições de transações com partes relacionadas.

As transações com partes relacionadas são efetuadas conforme contratos estabelecidos entre as partes e devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

- (c) Remuneração da Administração da Companhia

A remuneração paga aos administradores e diretores foi de R\$1.006 em 2023 (R\$1.223 em 2022).

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

a) A composição do ativo imobilizado da Companhia está demonstrada nas tabelas a seguir:

	Taxas de depreciação a.a.	Líquido 2023	Líquido 2022
Instalações	7%	1.620	1.758
Móveis e utensílios	8%	51	51
Equipamentos industriais	15%	7.064	7.620
Computadores	20%	38	49
Total		8.773	9.478

b) As movimentações do ativo imobilizado, estão demonstradas da seguinte forma:

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Instalações	2.273	11	(3)	2.281
Móveis e utensílios	69	7	(4)	72
Equipamentos industriais	10.531	224	(74)	10.681
Computadores	98	6	-	104
Custo do ativo imobilizado	12.971	248	(81)	13.138
Instalações	(515)	(149)	3	(661)
Móveis e utensílios	(18)	(6)	2	(22)
Equipamentos industriais	(2.912)	(773)	68	(3.617)
Computadores	(48)	(17)	-	(65)
(-) Depreciações acumuladas	(3.493)	(945)	73	(4.365)
Total imobilizado líquido	9.478	(697)	(8)	8.773

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Instalações	2.260	13	2.273
Móveis e utensílios	69	-	69
Equipamentos industriais	8.619	1.912	10.531
Computadores	91	7	98
Custo do ativo imobilizado	11.039	1.932	12.971
Instalações	(367)	(148)	(515)
Móveis e utensílios	(13)	(5)	(18)
Equipamentos industriais	(1.902)	(1.010)	(2.912)
Computadores	(31)	(17)	(48)
(-) Depreciações acumuladas	(2.313)	(1.180)	(3.493)
Total imobilizado líquido	8.726	752	9.478

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos

- a) A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é demonstrada conforme tabelas a seguir:

Descrição	Correção	31/12/2023	31/12/2022
Capital de Giro 43 meses (i)	CDI + 4,40% a.a.	1.785	3.568
Capital de Giro 36 meses (i)	12,41% a.a.	221	457
Capital de Giro 36 meses (i)	CDI + 5,08% a.a.	1.938	-
Capital de Giro Conta Garantida (i)	2,34% a.m.	773	-
Capital de Giro Conta Garantida (i)	CDI + 3,00 % a.a.	133	-
Total		4.850	4.025
Passivo circulante		3.716	2.213
Passivo não circulante		1.134	1.812
		4.850	4.025

(i) A Companhia utilizou os recursos relativos ao Capital de Giro para aquisição dos ativos integrantes da planta de incineração da Companhia. O Capital de Giro não apresenta garantias reais.

- b) A movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.763
Amortização do principal	(1.921)
Provisão de juros	755
Amortização de juros	(572)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.025
Captação	8.899
Amortização do principal	(8.261)
Provisão de juros	843
Amortização de juros	(656)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.850

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os contratos de empréstimos não possuíam cláusulas restritivas atreladas ao cumprimento de indicadores financeiros. As operações de capital de giro não garantias concedidas e a conta garantida tem aval dos acionistas.

- c) Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	1.812
2025	800	-
2026	334	-
Total	1.134	1.812

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	1.385	1.507
Total	1.385	1.507

Faixa de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
A vencer em até 30 dias	518	876
A vencer de 31 a 60 dias	184	71
A vencer de 61 a 90 dias	61	14
A vencer a mais de 90 dias	554	482
Vencidos	68	64
Total	1.385	1.507

10. Obrigações trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	137	122
Contribuição previdenciária	70	75
Provisões férias	240	269
Outros	18	15
	465	481

11. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
ISS faturamento	35	40
COFINS a recolher	70	79
PIS a recolher	15	17
Impostos e contribuições retidos na fonte	70	83
Outros	7	3
	197	222

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$7.000, dividido em 7.000.000 (sete milhões) de ações, todas ordinárias e sem valor nominal. Em 2023, foi subscrito e integralizado o aumento de capital, por todos os acionistas e na proporção da participação acionária, no valor de R\$ 1.000, com emissão de 1.000.000 ações ordinárias, conforme AGE de 02 de agosto de 2023. Em 2022, foi subscrito e integralizado o aumento de capital por todos os acionistas e na proporção da participação acionária, no valor de R\$1.000, com emissão de 1.000.000 ações ordinárias (AGE de 11 de abril de 2022) e R\$1.500, com emissão de 1.500.000 ações ordinárias (AGE de 30 de setembro de 2022), totalizando um aumento de R\$2.500 durante o exercício de 2022.

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação %</u>
NGP Nova Geração Participações S.A.	3.500.688	50,01%
Pavut participações Ltda	2.799.312	39,99%
Carbogás Energia Ltda	700.000	10,00%
Total	<u>7.000.000</u>	<u>100,00%</u>

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Nos anos de 2023 e 2022, não foi constituída a reserva, devido ao prejuízo apurado no exercício.

c) Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Nos anos de 2023 e 2022, a Companhia não distribuiu dividendos.

DS
FB

DS
AGM

DS
EP

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados	10.385	13.007
(-) COFINS	(789)	(989)
(-) ISSQN	(416)	(520)
(-) PIS	(171)	(215)
Receita líquida total	9.009	11.283

Os serviços prestados são tributados às alíquotas de 4% para o ISS, 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS.

14. Natureza dos custos e despesas administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Mão de obra e encargos	(4.996)	(4.898)
Insumos	(1.994)	(1.690)
Serviços	(1.337)	(1.392)
Manutenção	(1.216)	(1.189)
Depreciação e amortização	(878)	(1.090)
Condomínios	(1.140)	(1.069)
Outros	(440)	(337)
Total de custos e despesas	(12.001)	(11.665)
Classificadas como		
Custo dos serviços prestados	(8.490)	(7.269)
Despesas administrativas e gerais	(3.511)	(4.396)
Total de custos e despesas	(12.001)	(11.665)

15. Resultado financeiro, líquido

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros ativos	13	-
Descontos obtidos	1	-
Rendimento de aplicação financeira	-	1
Total das receitas financeiras	14	1
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(4)	(2)
Juros por atraso e mora	(30)	(9)
Juros de empréstimos e financiamentos	(843)	(755)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(20)	(47)
Total das despesas financeiras	(897)	(813)
Resultado financeiro, líquido	(883)	(812)

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações financeiras com base nas alíquotas vigentes, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal.

- a) A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(3.624)	(645)
Alíquota IR/CS nominal - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	1.232	219
Ajustes para apuração dos impostos efetivos: Efeito de crédito tributário não constituído	(1.232)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	219
Imposto de renda corrente	-	-
Contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda diferido não constituído	-	161
Contribuição social diferida não constituído	-	58
Imposto de renda e contribuição social diferidos -	-	219

- b) O crédito do imposto de renda e contribuição social diferidos foram movimentados nos anos de 2023 e 2022 da seguinte forma:

	IRPJ Diferido	CSLL Diferido	Ativo Diferido Total
Saldo em 31/12/2021	91	33	124
Adição de PF / BCN	161	58	219
Saldo em 31/12/2022	252	91	343
Adição de PF / BCN	906	326	1.232
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido não constituídos	(906)	(326)	(1.232)
Saldo em 31/12/2023	252	91	343

DS
FB

DS
AGM

DS
E

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

Contas correntes com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas são referentes à conta corrente com pessoas ligadas.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem aos riscos financeiros: (i) risco de mercado (taxa de juros); (ii) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

A gestão de risco é realizada pela diretoria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos acionistas.

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

b.2) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

b.3) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

A Companhia realizou análise de sensibilidade para passivos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2023, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2024, conforme detalhado abaixo:

Passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2024 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2023, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2023 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2024. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2024 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

b.3) Análise de sensibilidade--Continuação

Indexador	Ativos financeiros	Passivos financeiros			
CDI	Aplicações financeiras	-			
CDI	-	Empréstimos e financiamentos			
Indicadores em 31/12/2023	Passivo	Taxa efetiva em 31/12/2023	Taxa anual estimada para 2024	Varição entre taxas	Efeito
Cenário provável					
CDI + 4,40%	3.856	16,05%	13,40%	2,65%	102
Cenário I					
CDI + 4,40%	3.856	16,05%	20,06%	(4,01%)	(155)
Cenário II					
CDI + 4,40%	3.856	16,05%	24,08%	(8,03%)	(310)

b.4) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

DS
FB

DS
AGM

DS
[Assinatura]

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

b.4) Risco de liquidez--Continuação

	Valor contábil	Total	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos
Em 31 de dezembro 2023				
Contas a pagar aos fornecedores	1.385	1.385	1.385	-
Empréstimos e financiamentos	4.850	4.850	3.716	1.134
Em 31 de dezembro 2022				
Contas a pagar aos fornecedores	1.507	1.507	1.507	-
Empréstimos e financiamentos	4.025	4.025	2.213	1.812
Demais contas a pagar	703	703	703	-

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

b.5) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos.

b.6) Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

b.6) Gestão de capital--Continuação

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	14	256
Empréstimos e financiamentos	(4.850)	(4.025)
Dívida líquida	(4.836)	(3.769)
Patrimônio líquido	3.145	5.769
Índice de endividamento líquido	1,54	0,65

b.7) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

<u>Riscos</u>	<u>Vencimento das apólices</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil geral	Out/2024	7.160
Garantia operacional	Mai/2024	6.375
Predial e instalações	Out/2024	7.672

DS
FB

DS
AGM

DS


PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DocuSigned by:

ANGELO GOMIDE MENDES

2EAC319F3B85D4E0

Angelo Gomide Mendes
Diretor presidente

DocuSigned by:



40974A923988415...

Willian Rodrigues
Diretor Operações

DocuSigned by:

Farley Vasconcelos Botelho

F121D101834344B...

Farley Vasconcelos Botelho
Contador - CRC/MG-084315/O-8

* * *